

Educação na Região Sul: perfil e desafios*

Gustavo Inácio de Moraes**

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em
Economia da PUCRS e Coordenador do Núcleo de
Investigação e Análise de Dados (NIAD)

Rodrigo Salvato de Assis***

Mestrando em Economia no PPGE-PUCRS e bolsista do
Núcleo de Investigação e Análise de Dados (NIAD)

Resumo

No artigo, analisa-se o desempenho dos indicadores relacionados à educação na Região Sul do Brasil. Também se analisa o perfil do gasto em educação das famílias sulistas em comparação ao das famílias brasileiras. Pode-se notar que tanto quando se consideram os indicadores como quando se consideram os gastos, o desempenho da Região não é confortável em relação ao do Brasil. Desse modo, faz-se necessário alertar para a necessidade de revisão de processos e aprofundamento do debate, sob pena de comprometer o desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: educação; desenvolvimento econômico; orçamento familiar.

Abstract

This paper analyzes performance of education indicators in Brazil's South region. In addition, reveal household spending in education at South region and compares with Brazilian profile. In this perspective, both education indicators and household budget are evidence for that performance isn't encouraging in relationship with other Brazilian regions. In this approach, rethink the educational system and deepen debates over these themes are matters in highlight, at risk of worst economic development.

Key words: education; economic development; household budget.

* Revisor da Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.
Artigo recebido em 22 nov. 2011.

** E-mail: gustavo.moraes@pucrs.br

*** E-mail: tukonomics@gmail.com

1 Introdução

O presente artigo tem o objetivo geral de discutir resultados recentes do Censo Escolar e a posição relativa dos estados da Região Sul frente aos demais estados da Federação no item educação. Como objetivos específicos, o artigo pretende apresentar também uma comparação entre o perfil de gastos das famílias da Região Sul, comparadas às famílias brasileiras, e apontar aqueles que seriam os principais problemas notados a partir da análise dos indicadores recentes.

Para o alcance desses objetivos, o artigo divide-se em outras três seções, além desta introdução. Na segunda seção, discutem-se os resultados apresentados pelo Censo Escolar e a comparação com outros estados e regiões, em vários indicadores referentes a resultados das redes públicas e privadas de ensino. Na terceira seção, discutem-se os resultados da pesquisa de orçamentos familiares e o perfil de gastos nos itens relativos à educação, também de uma perspectiva de comparação dos estados da Região Sul com o Brasil. Finalmente, em uma última seção, comentários conclusivos são construídos.

2 Resultados comparados do Censo Escolar

O **Censo Escolar 2010** (BR, 2011), recentemente divulgado, aponta algumas tendências preocupantes para a educação na Região Sul, em especial para o Rio Grande do Sul. Uma vez que o processo de aprendizagem é dividido em ciclos, é interessante perceber as tendências respectivas a cada ciclo. Em paralelo, a divisão em ciclos é útil, para que se perceba onde residem os problemas específicos da educação.

Nesse particular, podemos discutir três dimensões de avaliação: a primeira, concentrada em desempenho, em suas taxas de distorção idade-série, reprovação e evasão; a segunda, concentrada em média de alunos por turma, e a terceira concentrada em horas-aula ministradas. Ademais, quando se discute a quantidade de matrículas, seja no setor privado, seja no público, o ensino universitário da Região Sul não participa do “boom” verificado em outras regiões do Brasil.

2.1 Situação atual

A Tabela 1 refere-se aos indicadores de aprovação para cada macrorregião brasileira e para os estados da Região Sul. Considera, como as outras tabelas, os totais das redes públicas e particulares em conjunto.

Nela, é possível notar que os resultados das taxas de aprovação do Rio Grande do Sul estão abaixo daqueles registrados pela regiões do centro-sul brasileiro e, sobretudo, inferior aos dos estados vizinhos. Note-se que a defasagem ocorre em todos os níveis de ensinos fundamental e médio, mas uma defasagem que se torna crítica no ensino fundamental entre o 6º e o 9º ano e atinge seu ápice no 1º ano do ensino médio.

O primeiro ano do ensino médio é tradicionalmente um momento no qual as taxas de aprovação decaem no Brasil, o que não invalida a percepção sobre a gravidade da situação, uma vez que afora a Centro-Oeste, a maior queda é registrada na Região Sul, por força, sobretudo, do desempenho gaúcho. O desempenho do primeiro ano é decisivo para o ensino médio, uma vez que, ao longo dos anos, a taxa de aprovação novamente se eleva, alcançando patamares similares ao dos demais estados e macrorregiões.

Na Tabela 2, quando se considera a taxa de evasão, novamente o ponto crítico é o primeiro ano do ensino médio. Todavia o desempenho do Rio Grande do Sul, não apenas se diferencia em relação aos seus vizinhos, mas só é superado pelas regiões Norte e Nordeste. O padrão relaciona-se ao indicador de aprovação, especialmente porque, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, já se nota uma aceleração na taxa de evasão. Repare-se, contudo, que uma taxa de evasão que é aproximadamente quatro vezes menor, na altura do ensino fundamental, do que a da Região Nordeste, quase se equivale quando examinado o ensino médio. Em contrapartida, a situação do Paraná, a segunda melhor taxa do País, e a de Santa Catarina, nesse particular, é boa comparativamente, embora as taxas sejam desconfortantes.

Um importante ponto é que o desempenho em relação à taxa de evasão não guarda qualquer correlação com a proporção de matrículas no ensino médio, no período diurno. A hipótese é que as matrículas no turno da manhã ou vespertino dificultariam a colocação no mercado de trabalho de adolescentes que, ou ajudam suas famílias nas tarefas profissionais, ou precisam complementar a renda do lar frente a dificuldades financeiras vivenciadas pela

família. Assim, exclui-se, *a priori*, a ideia de que matrículas nos cursos diurno ou noturno poderiam atenuar a taxa de evasão. Em outras palavras, a razão pela qual o aluno deixa de frequentar a escola não é completamente econômica, mas talvez guarde alguma correlação com a pedagogia. O Gráfico 1, a seguir, demonstra a relação de dispersão entre proporção de matrículas no período diurno e taxa de evasão no ensino médio.

Na Tabela 3, expressam-se os resultados relativos à distorção série-idade para as diferentes macrorregiões do País e para os estados da Região Sul. Uma primeira impressão são os resultados ruins para todo o País, situando-se em pelo menos 20%. A Região Sul, ao lado da Sudeste, tem os menores níveis, e, mais uma vez, o Rio Grande do Sul se destaca negativamente. Observe-se, porém, que, ao contrário dos dois indicadores anteriores, a situação do Estado em comparação aos vizinhos já é pior na altura dos primeiros anos do ensino fundamental. E,

novamente, o indicador piora substancialmente na altura do primeiro ano do ensino médio, em especial no Rio Grande do Sul, sendo comparável aos indicadores da Centro-Oeste e somente abaixo dos estados das Regiões Norte e Nordeste.

Portanto, podem-se estabelecer algumas percepções a partir dos indicadores de desempenho. O Censo Escolar demonstra uma posição relativamente favorável na comparação brasileira dos Estados de Santa Catarina e Paraná. O mesmo não pode ser dito a respeito da posição do Rio Grande do Sul, especialmente nas taxas de aprovação e evasão. Percebe-se que a transição do ensino fundamental para o ensino médio, naturalmente problemática no Brasil, é especialmente complicada no Rio Grande do Sul. Curiosamente, ao longo do ensino médio, os índices voltam a melhorar, o que indica a necessidade de um acompanhamento mais criterioso por parte das políticas públicas para a faixa de idade adolescente.

Tabela 1

Taxa de aprovação de alunos dos ensinos fundamental e médio, nas redes pública e privada, por macrorregiões e para os estados da Região Sul do Brasil — 2010

REGIÕES E ESTADOS	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO			
	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	1º ao 9º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	1º ao 3º Ano
Norte	84,5	80,6	82,9	70,0	76,9	79,0	74,7
Nordeste	85,7	77,0	81,9	69,7	77,9	83,9	76,3
Sudeste	93,9	87,0	90,6	72,0	80,9	87,3	79,0
Sul	92,9	83,1	88,1	68,7	80,0	87,7	77,3
Paraná	94,0	83,5	88,8	76,0	82,8	88,1	81,6
Santa Catarina	96,0	90,4	93,1	75,1	84,9	90,4	82,5
Rio Grande do Sul ..	90,0	78,2	84,4	57,5	73,4	85,2	69,1
Centro-Oeste	91,5	84,2	88,2	66,4	77,1	83,0	74,0

(%)

FONTE: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo Escolar 2010**. Brasília, DF: MEC, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>.

Tabela 2

Taxa de evasão de alunos dos ensinos fundamental e médio, nas redes pública e privada, por macrorregiões e para os estados da Região Sul do Brasil — 2010

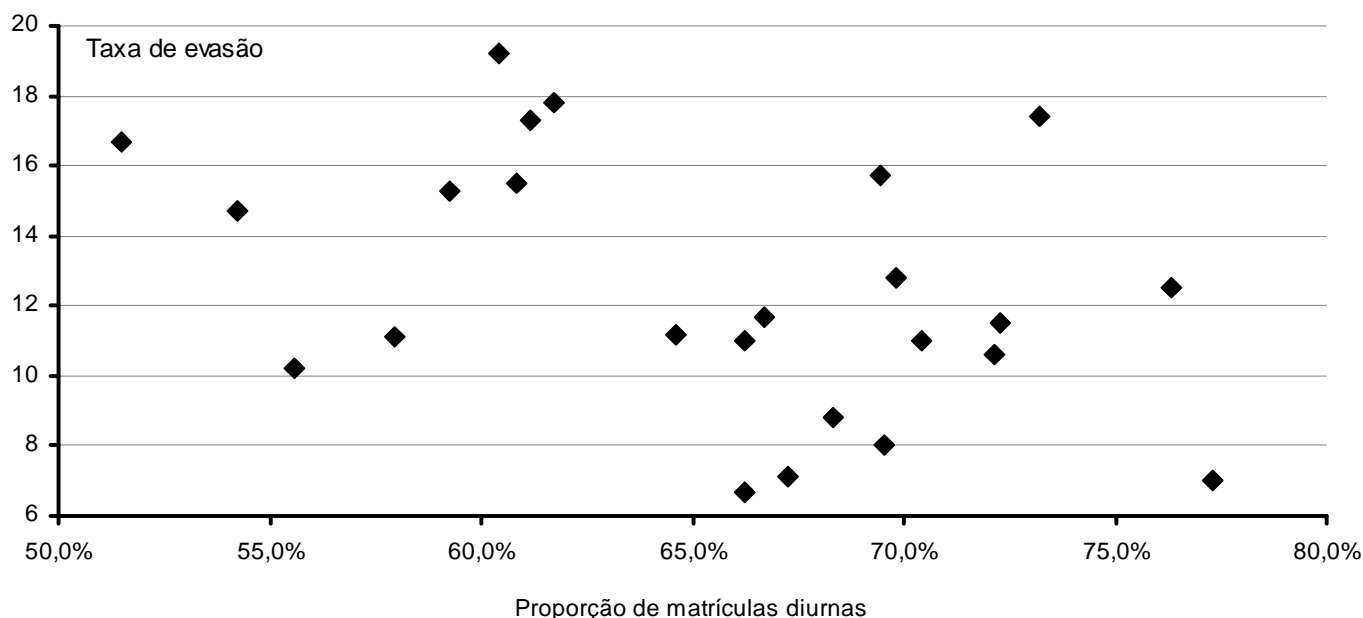
REGIÕES E ESTADOS	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO			
	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	1º ao 9º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	1º ao 3º Ano
Norte	4,1	7,1	5,3	17,3	14,0	11,8	14,7
Nordeste	3,2	8,0	5,2	17,5	13,3	10,5	14,2
Sudeste	0,6	2,5	1,5	8,7	6,7	5,1	7,1
Sul	0,3	2,8	1,5	10,7	7,4	5,5	8,3
Paraná	0,2	3,9	2,0	7,9	6,5	5,2	6,7
Santa Catarina	0,2	1,4	0,8	9,4	5,7	5,2	7,1
Rio Grande do Sul	0,6	2,4	1,4	14,3	9,7	6,2	11,0
Centro-Oeste	1,1	4,4	2,5	12,6	9,7	8,5	10,7

(%)

FONTE: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo Escolar 2010**. Brasília, DF: MEC, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>.

Gráfico 1

Relação entre taxa de evasão e proporção de matrículas diurnas, no ensino médio, considerados os totais estaduais, no Brasil — 2010



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Censo Escolar 2010. Brasília, DF: MEC, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>.

Tabela 3

Distorção série-idade nos ensinos fundamental e médio, nas redes pública e privada, por macrorregiões e para os estados da Região Sul do Brasil — 2010

REGIÕES E ESTADOS	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO			
	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	1º ao 9º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	1º ao 3º Ano
Norte	30,7	40,7	34,8	51,9	48,2	49,1	50,0
Nordeste	26,6	40,4	32,7	49,4	44,4	44,8	46,6
Sudeste	10,6	21,0	15,5	30,0	24,6	21,6	26,2
Sul	12,0	23,8	17,8	28,8	22,2	19,7	24,6
Paraná	7,7	22,1	14,8	26,5	22,6	21,5	23,9
Santa Catarina	11,1	19,0	15,2	19,2	12,9	14,1	16,4
Rio Grande do Sul ...	16,9	28,8	22,6	36,5	27,5	21,4	30,5
Centro-Oeste	15,0	28,5	21,3	36,7	31,4	29,3	33,2

FONTE: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo Escolar 2010**. Brasília, DF: MEC, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>.

2.2 Tamanho médio da turma

Um indicador que pode ou não guardar relação com o desempenho do aluno é o tamanho médio da turma. Importante salientar que, conforme se modifique o nível de ensino respectivo, admite-se modificar o

tamanho médio das turmas, tomando-se turmas menores no início do ciclo de aprendizado e comportando turmas maiores nas séries posteriores.

Avaliando-se a partir dessa lógica, é possível notar que, nos estados da Região Sul, as séries iniciais do ensino fundamental apresentam as menores

relações alunos por turma, resultado que é mantido nas séries finais do ensino fundamental. Entretanto, possivelmente em decorrência da taxa de evasão, esses estados apresentam desempenho inferior nesse indicador ao das redes de ensino dos demais estados. Isso pode ser entendido como uma menor produtividade do professor das redes de ensino da Região Sul, mas, por outro lado, poderia permitir um desempenho superior do aluno, uma vez que o professor poderia dedicar atenção maior a cada discente.

De fato, o desempenho tanto da rede pública, como da rede particular do Rio Grande do Sul foi positivo, ao menos se tomarmos os resultados do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) realizado em 2010. Neste, a rede particular do Rio Grande do Sul alcançou a quinta posição entre as redes particulares do País. A rede pública, comparada aos seus similares, teve a segunda pontuação do Brasil. Curiosamente, os resultados das redes públicas do Distrito Federal, aquela que apresenta o melhor desempenho (37 alunos por turma no ensino médio), e a do Rio Grande do Sul, o segundo melhor desempenho, são referentes aos dois estados que estão em posições distintas quanto ao tamanho da turma (BR, 2011a). Tal comparação apenas reforça a possibilidade de incrementos na produtividade dos

professores em sala, trabalhando com um conjunto maior de alunos e ainda permitindo a melhora dos resultados.

A Tabela 5 revela a quantidade de horas-aula ministrada nos ensinos fundamental e médio. É um indicador que considera a aplicação de conteúdos e a presença relativa em classe. Novamente, o indicador é ruim para todo o Brasil, mas a posição relativa dos estados da Região Sul é precária, especialmente a de Santa Catarina. Mais uma vez, a diferença para com os estados das Regiões Centro-Oeste e Sudeste adverte sobre as possibilidades de melhoria na quantidade de horas ministradas, bem como na presença.

Embora a qualidade do conteúdo lecionado não guarde relação com a quantidade de horas, o indicador também é útil para revelar a necessidade de incrementos de produtividade nessa dimensão.

Essa série de indicadores demonstra, com inequívoca clareza, a necessidade de aprimoramentos e acompanhamento mais efetivo do processo educacional nos estados da Região Sul. Sobretudo, percebe-se que há espaço não apenas para melhora da qualidade educacional, mas também no sentido de ampliar a produtividade, o que é importante em um contexto de capacidade de investimento limitada pelas finanças públicas.

Tabela 4

Tamanho médio das turmas dos ensinos fundamental e médio, nas redes pública e privada, por macrorregiões e estados da Região Sul do Brasil — 2010

(alunos/professor)

REGIÕES E ESTADOS	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO			
	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	1º ao 9º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	1º ao 3º Ano
Norte	23,8	28,0	24,3	32,8	31,1	31,4	31,8
Nordeste	21,0	28,3	23,0	35,0	33,4	32,7	33,7
Sudeste	23,3	30,1	25,8	34,9	32,5	31,9	33,2
Sul	21,0	26,3	23,0	30,9	28,5	27,7	29,1
Paraná	22,1	28,9	24,9	31,0	29,1	28,4	29,5
Santa Catarina	20,0	26,6	22,7	30,9	28,7	28,1	29,2
Rio Grande do Sul ...	20,5	23,8	21,5	30,7	27,7	26,3	28,6
Centro-Oeste	22,4	27,4	24,2	32,1	29,9	29,6	30,6

FONTE: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo Escolar 2010**. Brasília, DF: MEC, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>.

Tabela 5

Horas-aula ministradas diariamente nos ensinos fundamental e médio, nas redes pública e privada, por macrorregiões e estados da Região Sul do Brasil — 2010

(horas/dia letivo)

REGIÕES E ESTADOS	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO			
	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	1º ao 9º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	1º ao 3º Ano
Norte	4,2	4,4	4,3	4,3	4,3	4,2	4,3
Nordeste	4,2	4,4	4,3	4,5	4,5	4,4	4,5
Sudeste	4,7	5,0	4,8	4,9	4,8	4,7	4,8
Sul	4,2	4,3	4,2	4,3	4,3	4,3	4,3
Paraná	4,2	4,4	4,3	4,4	4,4	4,4	4,4
Santa Catarina	4,1	4,1	4,1	4,0	4,0	3,9	4,0
Rio Grande do Sul ...	4,1	4,3	4,2	4,3	4,3	4,3	4,3
Centro-Oeste	4,4	4,5	4,5	4,6	4,6	4,5	4,6

FONTE: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo Escolar 2010**. Brasília, DF: MEC, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>.

3 Perfil de gastos em educação

A Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-09 (POF, 2010) revela, adicionalmente, algumas características importantes sobre os gastos em educação na Região Sul em comparação aos do Brasil. Como se sabe, a POF subsidia a estrutura de apuração da inflação e revela, em paralelo, o perfil de consumo das famílias brasileiras.

Como resultado geral, a POF 2008-09 (POF, 2010) auferiu um decréscimo relativo nos itens referentes a gastos com a educação em relação ao período 2002-03. Enquanto, no período anterior, as famílias brasileiras gastavam algo próximo a 4% do orçamento com educação, na última POF revelou-se um declínio para cerca de 2,5%, em que pese a maior renda. Para as famílias residentes na Região Sul, apenas 25 da renda destina-se à educação. Importante destacar que esse perfil abarca não apenas cursos regulares e cursos superiores, mas o que se entende por aquisição de cultura como um todo, como periódicos didáticos, periódicos não didáticos e recreação e/ou lazer.

Das Tabelas 6, 7 e 8, algumas inferências já podem ser realizadas. Considerando-se apenas a renda como fator determinante da demanda de produtos anteriormente listados, percebe-se que artigos escolares e outras despesas com educação

demonstram-se bens inferiores quando alcançam a faixa de renda familiar mais alta (acima de R\$ 10.375,00). É nessa faixa também que todos os produtos relacionados à educação ou a recreação e/ou cultura tornam-se inelásticos¹ à renda, em sua avaliação média. Ou seja, percebe-se, sobretudo, que dispêndios em educação são elásticos à renda. Na comparação dos gastos também é possível perceber que gastos em cursos regulares (pré-escola, ensino fundamental e ensino médio) são mais elásticos do que gastos em ensino superior a partir da classe B, pelo conceito do IBGE (rendimento familiar acima de R\$ 4.854,67). Deve-se destacar também que o item artigos escolares é inelástico à renda desde a classe D, ao passo que celular e acessórios torna-se inelástico à renda na classe C.

Para a Região Sul, entretanto, alguns resultados diferentes surgem. Nas Tabelas 9 e 10, são apontados os gastos médios na Região por faixa de rendimento e na proporção dos gastos em relação à renda média, respectivamente. Algumas alterações são observadas, notadamente o fato de que as famílias da Sul gastam menos em educação do que as famílias do Brasil. Essa é uma constatação que é válida também para os itens cursos regular (pré-escola, ensino fundamental e

¹ Bens elásticos à renda são definidos como aqueles cujo dispêndio aumenta mais que proporcionalmente a um aumento da renda. Bens inelásticos são aqueles cujo dispêndio aumenta menos que proporcionalmente a um aumento da renda. Finalmente, bens inferiores são aqueles cujo dispêndio diminui, ainda que a renda tenha se elevado (Pindyck; Rubinfeld, 2005).

ensino médio) e também para livros didáticos e revistas técnicas, além de celular e acessórios. Esses são itens que, em qualquer faixa de renda, os gastos das famílias brasileiras são superiores aos das famílias da Região Sul. Especialmente a partir da faixa de renda familiar acima de R\$ 1.245,00, o gasto é sistematicamente abaixo do das famílias brasileiras. Na classe A (rendimento superior a R\$ 6.225,00), esse resultado é fortalecido, pois quase a totalidade dos itens de educação e recreação e/ou cultura tem gastos inferiores ao total do Brasil.

Na Tabela 11, são apresentadas as elasticidades-renda médias das famílias da Região Sul. Note-se que, para a maior faixa de renda, curso superior é o único bem negativo e, tal como já se notara no Brasil agregado, na Região Sul artigos escolares é um gasto inelástico à renda, enquanto recreações e esportes é o único item cujo dispêndio é elástico à renda.

Naquilo que se refere a cursos regulares, além de as famílias da Região Sul gastarem menos, a elasticidade-renda (pela média) é inferior ao restante da do Brasil. Esse padrão se repete para outros cursos

(inglês, natação, etc.), em que a mesma percepção é válida. Essa elasticidade-renda menor é também constatada para cursos superiores, embora, na faixa de renda de R\$ 4.150,00 a R\$ 6.225,00, as famílias da Sul gastem mais.

Em relação às famílias da Região Sul, também é interessante notar que a comparação entre gastos com livros e periódicos técnicos tem uma faixa (R\$ 2.490,00 a R\$ 10.735,00) cuja elasticidade-renda é elástica. Em contraposição, para livros e periódicos não acadêmicos isso se modifica, sendo as faixas elásticas entre R\$ 1.245,00 e R\$ 4.150,00 e entre R\$ 6.225,00 e 10.735,00, com o gasto nesta última categoria, em geral, quatro vezes superior ao da primeira.

Percebe-se, então, que os perfis de gastos em educação e recreação e/ou lazer são consideravelmente diferentes entre o Brasil e a Região Sul. Em especial, destaca-se a menor disposição para gastos das famílias residentes na Sul. Além da menor proporção de gastos, as elasticidades-renda são, em geral, maiores para o Brasil, exceto para a faixa de renda superior a R\$ 10.735.

Tabela 6

Dispêndio médio mensal das famílias brasileiras na categoria educação — 2008-09

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL (R\$)	FAIXAS DE RENDA					
		Até R\$ 830,00	De R\$ 830,00 Até R\$ 1 245,00	De R\$ 1 245,00 Até R\$ 2 490,00	De R\$2 490,00 Até R\$ 4 150,00	De R\$4 150,00 Até R\$ 6 225,00	De R\$ 6 225,00 Até R\$ 10 375,00
Renda média	2 592,00	759,00	1 079,00	1 813,00	3 110,00	4 854,00	7 210,00
Educação	64,81	6,83	12,95	29,01	74,66	145,64	288,40
Cursos regulares	16,83	0,96	2,28	5,88	13,81	37,20	89,99
Cursos superiores	20,48	0,65	2,26	8,12	27,82	50,10	94,20
Outros cursos	15,52	1,13	2,87	6,60	17,65	34,71	66,10
Livros didáticos e revistas técnicas	2,76	0,59	0,97	1,42	3,32	5,58	10,52
Artigos escolares	5,31	2,96	3,73	4,80	6,84	7,88	11,05
Outras	3,91	0,54	0,85	2,19	5,24	10,18	16,55
Recreação e cultura	42,76	8,38	14,67	27,81	51,53	86,70	133,22
Brinquedo e jogos	6,44	1,64	2,83	4,75	8,97	14,48	15,19
Celular e acessórios	7,77	2,69	4,46	7,54	10,61	13,20	17,19
Periódicos não didáticos	6,96	0,96	1,43	3,54	7,14	13,75	28,29
Recreação e esportes	12,06	1,37	2,78	5,73	13,22	25,87	41,47
Outros	9,54	1,72	3,16	6,26	11,58	19,39	31,08

FONTE: PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2008/9 — POF. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Tabela 7

Participação percentual dos dispêndios médios das famílias brasileiras na categoria educação — 2008-09

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	FAIXAS DE RENDA					
		Até R\$ 830,00	De R\$ 830,00 Até R\$ 1 245,00	De R\$ 1 245,00 Até R\$ 2 490,00	De R\$ 2 490,00 Até R\$ 4 150,00	De R\$ 4 150,00 Até R\$ 6 225,00	De R\$ 6 225,00 Até R\$ 10 375,00
Educação	2,5	0,9	1,2	1,6	2,4	3,0	4,0
Cursos regulares	0,6	0,1	0,2	0,3	0,4	0,8	1,3
Cursos superiores	0,8	0,1	0,2	0,4	0,9	1,0	1,3
Outros cursos	0,6	0,2	0,3	0,4	0,6	0,7	0,9
Livros didáticos e revistas técnicas	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Artigos escolares	0,2	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2
Outras	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1
Recreação e cultura	1,6	1,1	1,3	1,5	1,6	1,8	1,9
Brinquedo e jogos	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2
Celular e acessórios	0,3	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,2
Periódicos não didáticos	0,3	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,4
Recreação e esportes	0,5	0,2	0,2	0,3	0,4	0,5	0,6
Outros	0,4	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4

FONTE: PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2008/9 — POF. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Tabela 8

Elasticidade-renda média das famílias brasileiras para a categoria educação — 2008-09

DISCRIMINAÇÃO	FAIXAS DE RENDA					
	De R\$ 830,00 Até R\$ 1 245,00	De R\$ 1 245,00 Até R\$ 2 490,00	De R\$ 2 490,00 Até R\$ 4 150,00	De R\$ 4 150,00 Até R\$ 6 225,00	De R\$ 6 225,00 Até R\$ 10 375,00	A partir de R\$ 10 375,00
Educação	2,12	1,82	2,20	1,70	2,02	0,44
Cursos regulares	3,26	2,32	1,88	3,02	2,92	0,48
Cursos superiores	5,87	3,81	3,39	1,43	1,81	0,35
Outros cursos	3,65	1,91	2,34	1,72	1,86	0,69
Livros didáticos e revistas técnicas	1,53	0,68	1,87	1,21	1,82	0,49
Artigos escolares	0,62	0,42	0,59	0,27	0,83	-0,01
Outras	1,36	2,32	1,95	1,68	1,29	-0,03
Recreação e cultura	1,78	1,32	1,19	1,22	1,11	0,83
Brinquedo e jogos	1,72	1,00	1,24	1,10	0,10	0,73
Celular e acessórios	1,56	1,02	0,57	0,44	0,62	0,10
Periódicos não didáticos	1,16	2,17	1,42	1,65	2,18	0,80
Recreação e esportes	2,44	1,56	1,83	1,71	1,24	1,30
Outros	1,98	1,44	1,19	1,20	1,24	0,71

FONTE: PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2008/9 — POF. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Tabela 9

Dispêndios médios mensais, na categoria educação, das famílias da Região Sul do Brasil — 2008-09

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL (R\$)	FAIXAS DE RENDA					
		Até R\$ 830,00	De R\$ 830,00 Até R\$ 1 245,00	De R\$ 1 245,00 Até R\$ 2 490,00	De R\$ 2 490,00 Até R\$ 4 150,00	De R\$ 4 150,00 Até R\$ 6 225,00	De R\$ 6 225,00 Até R\$ 10 375,00
Renda média	3 074,00	822,00	1 263,00	1 878,00	3 211,00	4 889,00	7 348,00
Educação	61,48	7,94	17,68	28,17	54,59	127,13	249,83
Cursos regulares	12,50	0,66	1,06	4,61	8,73	22,33	55,71
Cursos superiores	21,85	1,02	7,40	9,25	18,01	55,32	97,94
Outros cursos	15,26	1,95	3,61	6,61	15,65	28,28	65,12
Livros didáticos. e revistas técnicas	1,86	0,38	0,50	0,70	2,05	3,51	6,25
Artigos escolares	5,38	3,44	4,25	4,40	6,36	6,70	9,24
Outras	4,62	0,49	0,85	2,60	3,80	10,98	15,56
Recreação e cultura	49,53	11,36	16,69	30,31	53,70	89,92	129,39
Brinquedo e jogos	7,76	2,61	3,98	5,39	8,70	10,85	18,78
Celular e acessórios	7,19	2,40	3,38	6,50	8,41	12,32	13,74
Periódicos não didáticos	7,54	1,23	1,51	4,07	7,92	10,81	26,27
Recreação e esportes	16,09	2,14	4,68	7,76	15,13	37,33	43,89
Outros	10,94	2,98	3,15	6,59	13,53	18,60	26,70

FONTE: PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2008/9 — POF. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Tabela 10

Participação percentual nos dispêndios médios da categoria educação no orçamento das famílias da Região Sul do Brasil — 2008-09

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	FAIXAS DE RENDA						
		Até R\$ 830,00	De R\$ 830,00 Até R\$ 1 245,00	De R\$ 1 245,00 Até R\$ 2 490,00	De R\$ 2 490,00 Até R\$ 4 150,00	De R\$ 4 150,00 Até R\$ 6 225,00	De R\$ 6 225,00 Até R\$ 10 375,00	A partir de R\$ 10 375,00
Renda média	2,0	0,9	1,4	1,5	1,7	2,6	3,4	2,0
Educação	0,4	0,1	0,1	0,2	0,3	0,4	0,7	0,7
Cursos regulares	0,7	0,1	0,6	0,5	0,5	1,1	1,3	0,5
Cursos superiores	0,5	0,2	0,3	0,3	0,5	0,6	0,9	0,5
Outros cursos	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Livros didáticos e revistas técnicas	0,2	0,4	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Artigos escolares	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Outras	1,6	1,2	1,3	1,6	1,6	1,8	1,7	1,7
Recreação e cultura	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2
Brinquedo e jogos	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,1
Celular e acessórios	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,4	0,3
Periódicos não didáticos	0,5	0,2	0,4	0,4	0,5	0,8	0,6	0,7
Recreação e esportes	0,4	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4

FONTE: PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2008/9 — POF. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Tabela 11

Elasticidade-renda média, na categoria educação, das famílias da Região Sul do Brasil — 2008-09

DISCRIMINAÇÃO	FAIXAS DE RENDA					
	De R\$ 830,00 Até R\$ 1 245,00	De R\$ 1 245,00 Até R\$ 2 490,00	De R\$ 2 490,00 Até R\$ 4 150,00	De R\$ 4 150,00 Até R\$ 6 225,00	De R\$ 6 225,00 Até R\$ 10 375,00	A partir de R\$ 10 375,00
Renda média	2,84	1,22	1,32	2,54	1,92	0,14
Educação	1,40	6,88	1,26	2,98	2,97	0,76
Cursos regulares	14,50	0,51	1,33	3,96	1,53	-0,26
Cursos superiores	1,97	1,71	1,93	1,54	2,59	0,06
Outros cursos	0,73	0,82	2,72	1,36	1,55	0,77
Livros didáticos e revistas técnicas	0,55	0,07	0,63	0,10	0,75	0,20
Artigos escolares	1,70	4,23	0,65	3,61	0,83	0,47
Outras	1,09	1,68	1,09	1,29	0,87	0,87
Recreação e cultura	1,22	0,73	0,87	0,47	1,45	0,75
Brinquedo e jogos	0,95	1,90	0,41	0,89	0,23	0,12
Celular e acessórios	0,53	3,48	1,33	0,70	2,84	0,74
Periódicos não didáticos	2,75	1,35	1,34	2,81	0,35	1,18
Recreação e esportes	0,13	2,24	1,48	0,72	0,87	0,96

FONTE: PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2008/9 — POF. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

4 Comentários finais

Como se pode perceber a partir dos números aqui apresentados, os ensinos fundamental e médio nos estados da Região Sul defrontam-se com inúmeros desafios, se comparados os seus indicadores com os de outras regiões do Brasil. Pressupondo-se que a perspectiva de desenvolvimento econômico passa pela capacitação para o trabalho e pela perspectiva de autonomia do cidadão, a melhora do desempenho da educação dos três estados da Região Sul necessita ser focada com urgência.

Demonstrou-se que indicadores de evasão, concentrados nas séries finais do ensino fundamental e nos primeiros anos do ensino médio, bem como de distorção série-idade e taxa de aprovação indicam a necessidade de uma ação mais direcionada para esse público-alvo. Ademais, há possibilidades relativas à produtividade das escolas, relacionadas a tamanho médio das turmas e número de horas-aula diárias, que podem ser incrementados.

Ademais, ilustra-se que os gastos absolutos das famílias com educação e recreação e/ou cultura, um conceito mais amplo, na Região Sul estão em patamar inferior ao das famílias brasileiras. Como exemplo, o item recreação e/ou cultura torna-se um bem com

elasticidade-renda inferior a 1 para famílias com renda a partir de R\$ 6.225,00, se consideradas as médias de gastos. Já no item educação, a elasticidade-renda da Região Sul é regra geral, inferior ao do Brasil.

Assim, uma política de valorização da educação não estaria apenas voltada para um desempenho superior dos indicadores educacionais, mas também passa por um incentivo adicional às famílias para alocarem renda para itens que complementam a educação formal, como o hábito dos livros e de recreação e cultura. Desse modo, dar-se-ia a complementação educação formal com o processo de formação do indivíduo no nível familiar.

A formação em capital humano é considerada chave para o desenvolvimento de uma nação desde a emergência de modelos de crescimento econômico endógeno, como em Romer (1994), nos quais grande parte do resíduo de Solow é atribuída à capacidade produtiva e técnica de uma população de trabalhadores.

Ademais, com a moderna conceituação de desenvolvimento econômico de Sen (2000) e Haq (1995), principalmente, a educação e o preparo da população não apenas para o mundo do trabalho, mas também para o estabelecimento de padrões de civilidade, passou a ser ainda mais fundamental a agenda relativa ao item educação.

Como consequência, acompanhar indicadores relativos à educação e propor políticas para o aperfeiçoamento da área passa a ser uma preocupação importante para se entender a evolução da perspectiva de desenvolvimento de uma região. Assim, para diversos órgãos que estabelecem as políticas e financiamentos passa a ser fundamental a construção e o acompanhamento de indicadores desse item.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo Escolar 2010**. Brasília, DF: MEC, 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Informativo do Enem: ENEM, 2010**. Brasília, DF: MEC, 2011a.

HAQ, Mahbub Ul. **Reflections on human development**. Oxford: Oxford Univ., 1995.

PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2008/9 — POF. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. New Jersey: Prentice Hall, 2005.

ROMER, Paul. The origins of endogenous growth. **Journal of Economic Perspectives**, Pittsburgh, v. 8, n. 1, p. 3-22, 1994.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

